

# Sidney Chalhoub, historiador (entrevista)

Ronaldo Pereira de Jesus\*

Sidney Chalhoub – professor do Departamento de História e pesquisador do CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – é certamente um dos historiadores em atividade mais conhecidos do Brasil. Autor de livros que já podem ser considerados clássicos, como *Trabalho, lar e botequim* (1986), *Visões da Liberdade* (1990) e *Cidade Febril* (1996), ao longo dos últimos vinte anos seu trabalho tem sido marcado pelo esforço de revisão das principais teses da historiografia sobre escravidão, pela aproximação com o marxismo britânico, pela qualidade narrativa e, principalmente, pela capacidade de articular de maneira original e instigante resultados de pesquisas com fontes primárias que envolvem fundos documentais extensos e muitas vezes inéditos, resultando em contribuições sólidas e incontestáveis ao conhecimento da história do Brasil da segunda metade do século XIX.

Recentemente, depois de proferir a conferência de abertura da XV Encontro Regional da Anpuh-MG, em São João del-Rey, *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*, em que apresentou os resultados parciais da pesquisa que vem desenvolvendo nos últimos quatro anos, Sidney Chalhoub concordou em ceder a entrevista que ora apresentamos.

RPI:

Se tomarmos como parâmetro a relação de títulos da coleção “Várias Histórias” da Editora Unicamp, culminando com a publicação de *História em Cousas Miúdas* (organizado pelo senhor juntamente

---

\* Universidade Federal de Ouro Preto

com Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira), parece evidente que entre os anos de 1995 e 2005 os trabalhos voltados para temas literários ganharam espaço entre os projetos desenvolvidos no CECULT. Até que ponto esta inclinação para a história da literatura, dentro de um grupo originalmente voltado para a história social da cultura, confunde-se com a sua própria trajetória, projetos e/ou inquietações acadêmicas?

SC:

Desde sua origem, em 1995, o CECULT congrega pesquisadores pautados pela tradição da história social, ou seja, preocupados em firmar no centro de suas pesquisas a investigação dos modos de produção e reprodução das desigualdades sociais ao longo do tempo. Apesar das diferenças saudáveis existentes entre seus membros, acho que todos concordamos que conceitos como classe e luta de classes – ao menos quando pensados na tradição de Marx reformulada por E. P. Thompson – continuam a ser relevantes à historiografia. Desigualdades reproduzidas por ideologias racistas e sexistas têm sido investigadas com igual vigor no interior do grupo. Em qualquer caso, interessa-nos entender o que homens e mulheres oprimidos, dominados, subalternos – ou seja lá como queiram chamá-los – fazem com o que fazem deles – isto é, como lidam com as políticas de dominação nas quais estão inseridos e às quais, via de regra, não podem escapar. À âncora na história social definida desse modo somou-se a percepção de que era necessário ampliar o leque temático das pesquisas. Em outras palavras, a chamada “história cultural” – uma mixórdia de orientações teóricas mais ou menos vagas, às vezes abertamente relativistas, logo reacionárias – tinha a virtude da variedade temática, que cabia adotar. Daí a expressão “História Social da Cultura”, que todavia não deve iludir ninguém sobre a identidade – para usar uma palavra ainda na moda – dos historiadores lá congregados: somos historiadores sociais, nosso mote é a História Social.

A aproximação às fontes literárias surgiu do interesse mais amplo em acompanhar como intelectuais em geral – literatos, jornalistas, folcloristas – abordam a questão da “cultura popular” em diferentes períodos de nossa história. Além da abordagem tradicional de buscar as relações entre tais produções intelectuais e o debate sobre identidade nacional, cabe também ler esses testemunhos a contrapelo, ou seja, naquilo que oferecem como acesso ou possibilidade de interpretação da experiência dos “populares” sobre os quais escrevem.

Minha entrada predominante à literatura de Machado de Assis, por exemplo, está exatamente na tentativa de aproximar seus textos à preocupação de interpretar os modos de atuação dos dependentes – livres, libertos ou escravos, mulheres e homens – numa sociedade

ordenada pela ideologia paternalista, isto é, pelo pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. A necessidade de lutar por objetivos próprios por dentro de uma ideologia que não concebia a alteridade, o direito do outro, fez das personagens machadianas submetidas ao arbítrio de narradores como Brás Cubas e Dom Casmurro **artistas do dribble ideológico**, por assim dizer – em outras palavras, buscavam o que desejavam fazendo crer a seus algozes que aquilo que eles, dependentes, desejavam era exatamente o que lhes interessava a eles, senhores. Machado transformou a arte política cotidiana dos dependentes em princípio de constituição de enredo e protocolo narrativo, daí essa literatura em que nada é o que parece à primeira vista, pois que a intenção dos subordinados não pode aparecer enquanto tal, sob pena de detonar a sanha vingativa de Dom Casmurro e senhores que tais. A arte cita a vida, pois que não pode deixar de fazê-lo, a partir de um ponto de vista específico, duma escolha política determinada, dum horizonte possível de influência no devir. Ademais, como a política de domínio paternalista tinha sexo – era coisa para quem se imaginava comedor de mulheres, como Brás Cubas e Dom Casmurro, ainda que tais sujeitos fossem às vezes cozinhados por elas a fogo brando – então Machado ampliou as possibilidades de interpretação entrelaçando classe e gênero na movimentação de personagens como Helena, Iaiá Garcia, Virgília, Dona Plácida, Capitu... Houve muito de intenção e um tanto quanto de intuição em Machado ao fazer as cousas desse modo, mas a discrição dele sobre o fazer literário próprio dificulta muito adentrar a oficina de seu pensamento.

RPI:

Para o senhor, toda esta produção, bem representada nos trabalhos reunidos em *História em Cousas Miúdas*, não parece reaproximar os historiadores com o universo da literatura resgatando um tipo de análise, em que se relaciona texto e contexto, que deixaria nossos colegas dos departamentos de teoria literária com os “cabelos em pé”?

SC:

Qualquer testemunho histórico – o dito “literário” incluído – institui o real, é uma intervenção no real, não acontece em nenhum “contexto” fora dele. Cabe, sim, investigar as redes de interlocução social pertinentes ao testemunho analisado, e isso sem adotar a ilusão de que os textos ou registros históricos que sobreviveram sobre um determinado passado ou processo histórico esgotam, em seus termos e intenções, tudo o que podemos saber sobre tal passado.

Sidney Chalhoub,  
historiador  
(entrevista)

Devo me explicar melhor aqui, observando o sentido do mote, tão querido aos relativistas, de que todo o conhecimento histórico é a história do presente, ou que o presente reconstrói o passado indefinidamente. Difícil pensar em outro mote ao mesmo tempo tão verdadeiro quanto enganador. É verdade que o passado nos lega textos ou testemunhos que são interpretados a partir de preocupações políticas e tradições intelectuais do presente, enfim, a partir das circunstâncias do historiador atual. Todavia, isso não significa dizer que ao interpretar o passado introduzimos falsificações ou modos de ver incompatíveis com a experiência dos sujeitos do passado. Isso porque, em primeiro lugar, não estamos condenados a entender o passado apenas a partir das representações ou entendimentos que seus contemporâneos foram capazes de formular sobre a sua própria realidade. Por exemplo, o fato de os textos de um determinado passado deixarem de tematizar a opressão das mulheres não significa que tal opressão não tenha existido; não é porque o racismo à brasileira nega a existência do racismo que os negros brasileiros deixam de estar inseridos numa das sociedades mais racialmente excludentes e injustas do planeta. Tais fatos podem ser objeto de análise ao focalizarmos aquilo que as fontes históricas nos fornecem à revelia dos modos de ver de seus autores; também podem ser abordados numa leitura das fontes a contrapelo, contrariamente às intenções dos sujeitos. Há mundos além dos atos e intenções dos sujeitos que nos legaram os textos disponíveis para o estudo das sociedades do passado. Nossos modos de interpretar e relacionar os textos deles fazem com que saibamos sobre eles cousas que não lograram saber sobre eles próprios. A falácia relativista depende da atenção superficial à complexidade do processo de análise de fontes históricas em nosso ofício.

Quanto a deixar outros de “cabelo em pé”, isso pouco importa, não é verdade? Mas minha impressão é de que a interpretação da literatura a partir do ponto de vista da história social incomoda principalmente a aprendizes de crítica literária e a certos jornalistas sabichões, que raciocinam por clichês e que encontram “reducionismo” toda vez que se diz o óbvio sobre qualquer dos mais geniais literatos: eles (os literatos, os outros são quiçá a própria...) chafurdam na lama da história como qualquer mortal, e muitos problemas pertinentes à sua literatura nunca serão entendidos, sequer formulados, sem atenção a isso. Literatos e artistas não planam em alguma realidade outra, etérea, incognoscível, inabordável. Logo, serão sempre suscetíveis à profanação inerente à atividade do historiador social, gostem eles disso ou não, pouco importa. Cabe aqui o incomensurável desdém dos finados, como diria Brás Cubas – um aliado incômodo, apresso-me em reconhecer. Gente experiente da crítica literária sabe que há muito a ganhar, por exemplo, em ver um Machado de Assis mais multifacetado –romancista,

cronista, contista, funcionário público, jornalista político – e imerso em seu tempo, não adiante dele. De qualquer modo, em *Machado de Assis, historiador* abordei aspectos da obra de Machado que se fizeram presentes à lupa de um historiador social. Há lá um discurso de demonstração e prova construído laboriosamente. E que, é claro, está longe de excluir outras leituras possíveis da obra do bruxo. Mas se alguém desejar contraditar o livro, terá de lidar com os seus argumentos, elaborar um discurso alternativo de demonstração e prova. Se houver quem ainda tenha tempo para isso entre uma ligação e outra no celular, entre uma mensagem e outra de correio eletrônico. Perdeu-se a capacidade de ruminar, de ler com os quatro estômagos do cérebro, e meus argumentos não desaparecerão diante de clichês ou cabelos arrepiados. Certa vez, num seminário sobre Machado, ouvi de um interlocutor que discordava do que ouvira porque, segundo ele, eu reduzia a literatura à realidade histórica (a minha formulação correta seria “literatura é realidade histórica”); para ele, ao contrário, a literatura tinha a ver com a “magia das palavras”, era antes “a transfiguração poética delirante do real” (sic). Achei bonito, anotei, joguei no lixo.

RPI:

Em *Machado de Assis, historiador* (2003), sua obra mais intensamente povoada de preocupações com a literatura, o senhor nos induz a refletir sobre a crise da monarquia escravista em termos que já estavam dados em *Visões da Liberdade* (1990). Seria exagero dizer que em 2005 estamos diante da formulação mais acabada das hipóteses e referenciais teórico-metodológicos que em 1990 recusavam-se a se evidenciar por uma questão de estilo?

SC:

Estranho este seu pressuposto, à moda relativista, de que o “estilo” dificultaria a explicitação de “hipóteses e referenciais teórico-metodológicos”. Acho precisamente o contrário. Retórica e prova são dimensões indissociáveis do ofício de historiador. O discurso do historiador é 100% arte narrativa e 100% discurso de demonstração e prova. Mas reconheço que ainda hoje em dia os estudantes de história aprendem a escrever textos destinados a “engavetar” o raciocínio: deve haver a gaveta da relevância do tema, a da discussão bibliográfica, a da análise das fontes, a da conclusão. Assim, por exemplo, diz-se que uma dissertação ou tese deve conter um capítulo específico de discussão bibliográfica sobre o tema da pesquisa. Tal coisa é quicá importante num projeto de pesquisa, quando se pressupõe, ainda que este não seja sempre o caso, que a pesquisa empírica está quase toda ainda por ser feita. No momento da redação da dissertação ou tese, esse modelo

Sidney Chalhoub,  
historiador  
(entrevista)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 9-16, 2006

tradicional de narrativa serve apenas para simplificar a exposição, para evitar que o autor do texto tenha de enfrentar o problema da articulação entre o legado historiográfico do qual partiu e os seus achados nos arquivos. Em minha opinião, a discussão bibliográfica deve estar entrelaçada aos achados da pesquisa, deve surgir quando necessária ao argumento, para levá-lo mais longe, nuançá-lo, reconhecer os seus limites e impasses. “Conclusão” é outro troço complicado: o ideal é ir concluindo ao longo do percurso, evidenciando os nexos entre as diferentes dimensões da análise; a conclusão do costume, aquela que se limita a um apanhado de cousas já ditas antes, é apenas um incentivo à preguiça intelectual do leitor, e uma sabotagem a esforços sérios para propor explicações que não ignorem a complexidade do processo histórico abordado.

Nas últimas fases da redação de *Visões da liberdade* comecei a ler e reler os romances e contos de Machado de Assis de modo sistemático. Meu orientador, Robert Slenes, havia sugerido que eu lesse o livro de John Gledson, *Ficção e história*. Fiquei muito impressionado com a leitura, com as possibilidades que sugeria de aproximação à obra de Machado em busca de alegorias históricas nela presentes. Com o tempo, entendi que havia maneiras bem concretas de relacionar o que eu havia narrado, em *Visões da liberdade*, sobre a crise da escravidão e o que encontrava em Machado sobre política de domínio senhorial e formas de atuação dos dependentes. Entendi que muito do que encontrara nas fontes sobre escravidão tinha uma relevância mais geral, que cabia explorar. Prossegui nessa linha ao longo de toda a década de 1990, dando aulas sobre Machado na UNICAMP, enquanto prosseguia na pesquisa sobre epidemias e políticas de saúde pública que deu origem a *Cidade febril*. Em algum momento, houve a curiosidade de buscar os diálogos possíveis entre o Machado literato e o Machado funcionário público. Enfim, você está certo ao ver a ligação profunda entre *Visões da liberdade* e *Machado de Assis, historiador*; um livro é continuação do outro em vários aspectos. Mas você está errado ao supor que eu já sabia cousas em 1990 que teriam ficado escondidas por questões de estilo. Não as sabia, ou não sabia que as sabia em alguns casos, senão teria usado o tal “estilo” para contá-las, todas.

RPJ:

Tomando como base *Machado de Assis, historiador* (2003) e a conferência que recentemente proferiu na abertura do XV Encontro Regional de História – ANPUH/MG (julho de 2006), parece que o senhor não se incomoda em utilizar termos como “classe dominante”, “ideologia”, “hegemonia de classe”, entre outros, além de fazer referências a autores clássicos do marxismo brasileiro dos anos 70.

Como o senhor relaciona o atual momento de sua trajetória com a iconoclastia e o célebre caráter “um tanto escoimado das bizantinices acadêmicas” que tanto marcaram o *Visões da Liberdade* (1990)? O que mudou no seu trabalho e na historiografia brasileira entre um período e outro?

SC:

Não me desculpo pela iconoclastia de outros tempos, mas tenho às vezes alguma dúvida sobre os alvos de tal iconoclastia. Houve um tempo no qual ela se expressava contra certo tipo de marxismo – lembro de organizar certa vez, com uma colega, uma mesa redonda intitulada “os maus modos de produção dos escravos”, só para provocar a moçada do “modo de produção escravista colonial” falando da variedade das formas cotidianas de os escravos lidarem com a opressão. Acontece que o que se viu depois foi a emergência do relativismo pós-moderno radical chique, intolerante e irritado com qualquer visão de mundo que insista na relevância dos conceitos de classe e luta de classes. É sintomático que, hoje em dia, Thompson tenha se tornado principalmente um autor do dito “Terceiro Mundo”. O “Primeiro Mundo” acha que inventou a sociedade sem classes, continua embasbacado com alguns badulaques intelectuais franceses que não entendem, e por isso amam de paixão. De fato, a globalização radical do capital, a constante reestruturação produtiva e o ir e vir de migrantes internacionais criou uma nova classe trabalhadora, que está em massa fora das fábricas, em setores de serviço, em países nos quais vivem, legal ou ilegalmente, à margem da sociedade política, à margem de quase todos os direitos sociais. Parece que inventaram um capitalismo sem trabalho – o crescimento do capitalismo não gera mais emprego; e logo um capitalismo sem trabalhadores – de fato, os trabalhadores são ilegais ou estrangeiros, ou ambas as cousas, o que significa que, de todo modo, pode-se fingir que não existem. Não votam, não têm direitos sociais. Assim, a nacionalidade não é critério que impeça as migrações segundo a lógica do “mercado de trabalho”, mas é levada a ferro e fogo no que tange aos direitos formais políticos e civis – e nem vou mencionar o resto, as agressões e opressões cotidianas aos egressos do “Terceiro Mundo” nas sociedades do “Primeiro” – e fora delas, nas ditas *sweatshops* e em guerras genocidas. Então parece possível imaginar um mundo sem classe trabalhadora, sem luta de classes.

Isso lá, no tipo de alienação pertinente ao Norte do planeta. Aqui, no Sul, a luta de classes não desaparece nem do imaginário, quem dirá da vida real. E então surge um paradoxo. Certa vez, em outro desses seminários que gosto de lembrar, uma colega, exasperada com a minha insistência em falar em resistência cotidiana dos

trabalhadores – ao invés de recitar um sonetinho qualquer sobre “saber/poder” – disse que desistia de “debater” comigo: “Você **ainda** é marxista”. Achei isso precioso. Eu estava numa escala anterior do tempo, aquém do tempo. A partir daí, tornou-se divertido dizer-se marxista, além de praticar o ofício de historiador no interior da tradição legada por Marx. Ser iconoclasta, hoje em dia, é falar em classe, hegemonia de classe, ideologia, e assistir aflito, quiçá condenado à irrelevância, como a forma limitada, excludente, imperialista e racista da “democracia” à moda ocidental nos leva a todos ao beco sem saída da injustiça social sem esperança. Todo esse blábláblá restrito à democracia política virou um jeito de tergiversar sobre as conseqüências da nova fase do capitalismo: superávit primário, perda de direitos de trabalho, arrocho salarial, convite à participação como maneira de solapar a própria participação. Venham, participem! O subtexto é que não fará mesmo qualquer diferença, pois a meta do superávit primário torna qualquer objetivo de mudança nas políticas sociais uma quimera. Em nome de uma concepção limitada de democracia política e seu corolário, a meritocracia competitiva excludente (isto é, que não exclui por mérito, mas por desigualdade brutal de oportunidades), busca-se arrolhar até mesmo a discussão de tópicos pertinentes à busca de uma democracia social de fato, algo pautado pela solidariedade e igualdade na distribuição de recursos e oportunidades. Basta ver a histeria de vários de nossos colegas diante do tema das políticas afirmativas para viabilizar o acesso de negros e pobres à universidade. Uma iniciativa limitada, insuficiente, porém capaz de bagunçar o imaginário, ameaçar subvertê-lo. Vivemos o paradoxo de ver o foco na democracia estritamente política ajudar a reproduzir e legitimar a injustiça social pertinente ao capitalismo. Sem a recuperação de algum tipo de utopia igualitária, socialista ou outra cousa, isso ficará logo evidente. Enquanto esse tipo de capitalismo continuar aí, a mesma barbárie de sempre por mais que se transforme a cada dia, tradições intelectuais originadas de Marx continuarão relevantes na produção do conhecimento histórico e na atividade política.